

Jornal dos Criadores

ÓRGÃO INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES - ANO VII - Nº 66 - SETEMBRO/OUTUBRO 2008

Falta representatividade ao setor rural

A produção agrícola e pecuária é expressiva na economia do País mas o setor rural está carente de representatividade na sociedade brasileira, analisa a advogada Wilma Kummel. Especialista em direito rural, ela exemplifica a fragilidade do setor com algumas penalidades previstas no Decreto 6.514, que regulamenta a lei de crimes ambientais. *Páginas 4 e 5*



Wilma Kummel: As macro decisões tendem a afetar o setor rural como um todo.

Boi gordo recua e leite sofre queda

No decorrer de setembro, na média de 28 praças pesquisadas pela Scot Consultoria, as cotações do boi gordo recuaram 0,45%. As maiores retrações foram registradas

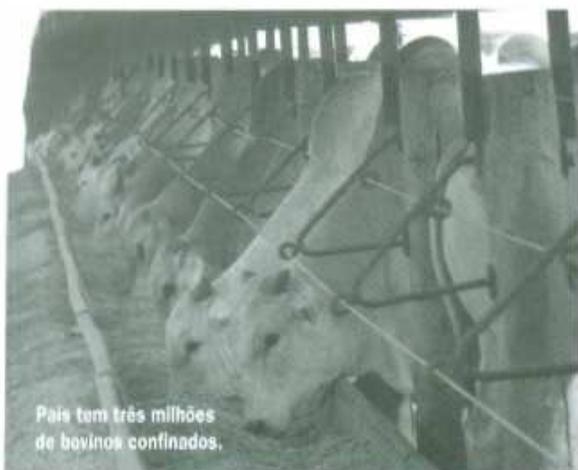
na região de Pelotas (-5,26%) e Sudeste do Mato Grosso (-3,57%).

No setor de leite, no pagamento realizado em setembro, considerando a média ponderada nacional, a

retração foi de R\$0,04/litro, uma queda de 6,04% em relação ao mês anterior. Em alguns Estados a retração média ultrapassou 10%. *Página 8*

Confinamento mostra força na Inteconf

Evento em Goiânia foi um termômetro do quanto a atividade de confinamento de bovinos está ganhando vigor e adeptos no Brasil. *Página 3*



País tem três milhões de bovinos confinados.

Presidente da ABC participa do SIAL

Luis Alberto Moreira Ferreira estará no Salão Internacional de Alimentação, que se realiza em Paris, neste mês de outubro. *Página 3*

Óleo de eucalipto combate carrapato. *Pág. 7*



Raiva mata 40 mil bovinos por ano. *Pág. 7*

Boas e más notícias

Setembro nos contemplou com dois acontecimentos favoráveis; um, restrito ao ambiente da pecuária de corte, e outro de natureza e horizonte mais abrangentes para os interesses da agropecuária brasileira em geral.

O primeiro se refere à aceleração, pela União Européia, no ritmo do credenciamento de fazendas aptas a fornecer gado aos frigoríficos exportadores. Se no final de julho eram 123 as propriedades habilitadas, setembro fechou com 332 estabelecimentos credenciados. Como os trabalhos de inspeção e credenciamento estão andando mais rapidamente, há a expectativa de que, até o final de dezembro, cerca de 1.500 fazendas estejam habilitadas. Esse número, como se sabe, ainda estará aquém do necessário para restabelecer o volume de carne bovina *in natura* embarcado para a Europa em 2007. Mas é um passo importante, não só para que aumente o universo de pecuaristas-fornecedores ao mercado europeu, mas também para sinalizar aos demais mercados que o Brasil está atendendo às rigorosas

exigências da União Européia no que se refere aos controles sanitários e de trânsito animal.

O segundo acontecimento importante foi a confirmação de Kátia Abreu como cabeça de chapa na próxima eleição para a diretoria da CNA. Dinâmica, inteligente, trabalhadora, Kátia Abreu na presidência da CNA representará uma renovação na gestão da entidade e, esperamos muito, uma injeção de ânimo e de modernidade em nossa agropecuária. A senadora, escolhida pela ABC Personalidade do Ano de 2007, com certeza fará jus à maneira como Roberto Rodrigues se refere a ela: a Anita Garibaldi da agropecuária brasileira.

Desejamos sucesso à primeira presidente da CNA.

Não podemos deixar de manifestar aqui nossa preocupação com as conseqüências do Decreto 6.514, que trata das infrações e sanções administrativas ao meio ambiente. A promulgação desse decreto, em 22 de julho, passou

despercebida por nossas entidades e, como todos agora sabem, poderá trazer gravíssimos transtornos para a atividade agropecuária. Ele contém pontos tão absurdos que precisa, como um todo, ser revogado. Não que sejamos contra a existência de legislação para regular e punir crimes ambientais, mas é necessário que sejam ouvidas todas as partes interessadas no progresso de nossa agropecuária e do Brasil. Tudo mais é retrocesso!

Luis Alberto Moreira Ferreira
Presidente da Diretoria Executiva



Venha para a
ABC

CAMPANHA DE NOVOS SÓCIOS
Isenção de taxa de filiação
Ligue para (11) 3832-9369

Associação Brasileira de Criadores
Av. José César de Oliveira, 181 – 11.º andar
Vila Leopoldina
05317-000 São Paulo, SP
Fone: (11) 3832-9369 Fax: (11) 3831-2731
abc@abccriadores.com.br
www.abccriadores.com.br

A Associação Brasileira de Criadores, fundada em 20 de dezembro de 1926 com o nome de Associação Paulista de Criadores de Bovinos, é reconhecida como entidade de utilidade pública pelo Decreto Estadual n.º 33.811, de 20 de outubro de 1958. Registrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sob n.º 35, como jurisdição nacional.

DIRETORIA

Presidente Luis Alberto Moreira Ferreira
Vices-presidente Ney Soares Piegas, Luiz Francisco Pavan Silveira.
Secretários Eduardo Nunes Gussó, Wanda Pompeu Geribello.
Tesoureiros Francisco Márcio da Costa Garvalho, Paulo Afonseca de Barros Faria Junior.

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente Nelson Luiz Baeta Neves
Vice-presidente Carlos Eduardo Moreira Ferreira
Conselheiros natos Guilherme Monteiro Junqueira, José Cassiano Gomes dos Reis

Junior, Luis Alberto Moreira Ferreira.

Conselheiros efetivos Roberto Rodrigues, Sílvia Maria Crespi, Eduardo Dias Roxo Nobre, José Luiz de Paula Eduardo, José Roberto Ferreira Martins, José Ricardo S. Rezende.

Conselheiros suplentes Joaquim de Alcântara Machado D'Oliveira, Isabel Sampaio Moreira Piegas, Greice Mara Martins Gomes Martins da Silva, Luiz Randon Teixeira de Magalhães, Márcio Pereira Lima, Jair Martinelli, José Edgard Pereira Barretto Filho, José Eduardo Monteiro de Barros.

CONSELHO FISCAL

Efetivos Eugênio Salgueiro Gomes, Maria Aparecida Bouchardet, Sérgio Luiz Xavier Porto.
Suplentes César Augusto Canto, Newton Ferreira da Silva.

acadêmica

O Jornal dos Criadores é editado pela **Acadêmica Agência de Comunicação** Rua Engenheiro José Sá Rocha 61, São Paulo, SP (11) 5081-5237
Edição José Roberto Ferreira
Reportagem Angela Trabbold
Projeto gráfico e editoração A. C. Prado

Presidente da ABC participará do SIAL

Salão Internacional de Alimentação será em outubro, em Paris.

O presidente da Associação Brasileira de Criadores, Luis Alberto Moreira Ferreira, participará do Salão Internacional de Alimentação (SIAL), a ser realizado de 19 a 23 de outubro, em Paris, França. Luis Alberto acom-

panhará as reuniões e debates sobre a industrialização e a exportação de produtos agropecuários do Brasil, em especial as atividades dos frigoríficos brasileiros que participarão do Salão.

O SIAL é a principal mostra da

indústria de alimentos do mundo. Haverá 5.300 expositores, de todos os elos das cadeias produtivas de alimentos, de 99 países. São esperados 140.000 visitantes, de aproximadamente 190 países.



O SIAL é realizado a cada dois anos. A diretora da ABC, Wanda Pompeu Geribello, e o presidente, Luis Alberto Moreira Ferreira, compareceram ao evento de 2004, quando a carne bovina brasileira se apresentou com a marca Brazilian Beef.

Confinamento mostra força

Evento realizado em Goiânia reuniu cerca de mil participantes.

Realizada em Goiânia, de 16 a 18 de setembro, a primeira Conferência Internacional de Confinadores (Interconf) foi um termômetro do quanto a atividade de confinamento está ganhando vigor e adeptos no Brasil. Promovido pela Associação Nacional de Confinadores (Asso-

con), o evento reuniu cerca de mil participantes, entre pecuaristas, empresários, representantes de empresas e de entidades de ensino e pesquisa ligados à pecuária de corte do Brasil e do exterior.

"Foi uma grande oportunidade para a realização de contatos profissionais e troca de experiências", relata o pecuarista José Ricardo Rezende, que representou a ABC na Interconf. "Além de brasileiros, houve a participação de especialistas dos Estados Unidos, Austrália, África do Sul e Argentina, que fizeram apresentações sobre o confinamento em seus países".

Nos dois primeiros dias da Interconf houve palestras e minicursos. No terceiro e último dia, ocorreu uma visita técnica à Fazenda Califórnia, localizada no município de Turvânia, onde há 28.500 animais confinados.

O sucesso da Interconf reflete o crescimento da atividade de confinamento no Brasil. Há cinco anos, havia perto de 500 mil animais confinados no País; hoje, são cerca de três milhões. Segundo José Ricardo Rezende, um dos motivos desse crescimento é que os frigoríficos estão entrando na atividade – ou seja, eles próprios estão cuidando da terminação dos animais que abatem. Isso mostra, por extensão, que os frigoríficos estão valorizando animais bem terminados e homogêneos – ou seja, o que se consegue com maior facilidade no confinamento.

Rezende observa, contudo, que o confinamento exige uma gestão muito mais rigorosa do que a criação a pasto. "Há uma intensificação do processo, em que o giro comercial aumenta mas a margem de lucro se reduz", sintetiza o pecuarista.

Rezende: confinamento exige melhor gestão.



O setor rural está sem representatividade

A exemplo da maioria dos advogados que se destacam na profissão, a doutora Wilma Kümmel tem a fala firme, não receia tocar em temas potencialmente polêmicos e procura olhar os problemas em toda sua amplitude, mas sem deixar de observar as suas particularidades.

No dia 2 de setembro, a advogada, especialista em direito rural, esteve na ABC, a convite de sua diretoria, para proferir uma palestra sobre dois temas: a declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural de 2008 (ITR), cujo prazo de entrega expiraria no dia 30 daquele mês, e o Decreto 6.514, de 22 de julho último, que regulamenta a lei de crimes ambientais.

Como era de se esperar, Wilma Kümmel foi além dos meandros que cercam esses dois temas. Ao longo de sua palestra de duas horas e meia, ela tocou em pontos como a representatividade do setor rural e a maneira pouco profissional com que a maioria dos produtores rurais administra seus negócios – assuntos que foram tratados nesta entrevista.

Jornal dos Criadores – Em sua palestra, a senhora deu ênfase à carência de representatividade do setor rural. Como a senhora está observando essa questão?

Wilma Kümmel – Está claro que o mundo caminha cada vez mais para a globalização o que, a meu ver, exige que os diferentes setores econômicos e sociais tornem-se globais em si próprios, que criem, vamos dizer, suas respectivas globalizações. Com isso, cada segmento tem procurado se organizar, mas não vejo isso acontecer no setor produtivo rural. Não estou me referindo à organização dos produtores de soja, dos produtores de café ou de criadores de gado nelore, uma vez que esta organização existe de alguma forma, com maior ou menor força nesse ou naquele segmento. O que me refiro é à organização mais ampla do setor rural, o que representaria a soma de todos os segmentos envolvidos com a produção agrícola e pecuária.

Quer dizer, a senhora está colocando o problema de representatividade em escala macro e não em segmentos específicos?

Exatamente. O plantador de arroz, de soja, de laranja e os criadores de gado, de porco ou de galinha são, no fundo, o quê? São produtores

rurais. A produção rural é o elemento comum entre todos eles, que extraem do campo a comida que vai alimentar as cidades. Ou seja, independentemente do segmento em que atuam, os produtores rurais precisam estar inseridos em um sistema maior de representatividade. As decisões do governo para o setor rural, regra geral, afetam tanto o produtor de laranja, como o de arroz ou o de milho. As macrodecisões tendem a afetar o setor rural como um todo; daí a necessidade de uma organização em termos macro dos produtores rurais.

No seu campo específico de atuação, que é a área tributária, em quais aspectos a falta dessa representatividade está afetando negativamente o produtor rural?

Medidas que estão sendo tomadas, em nível de governo, estão sufocando o produtor rural, sem que haja uma representatividade suficientemente forte para defendê-lo. Está se pagando de contribuição sindical patronal rural praticamente o mesmo valor do ITR. A lei que define os crimes ambientais, por sua vez, chega ao ponto de dizer que o valor da multa será de acordo com o poder econômico do infrator. Como julgar isso? Como fica o produtor que, por algum equívoco próprio ou por uma desatenção de



Wilma Kümmel: os produtores rurais precisam estar inseridos em um sistema maior de representatividade.

seus funcionários, vier a ser penalizado com uma multa que poderá variar de cinco mil reais a 50 milhões de reais?

Qual a sua análise da legislação sobre crimes ambientais no que se refere à atividade rural?

Eu acho muito totalitária toda e qualquer legislação que faça o ser humano agir de modo comunitário somente quando ele estiver com uma faca nas costas. Se a gente parar para pensar, vamos observar que estamos na contramão da história. O ser humano está evoluindo, a globalização contribui para isso no sentido de valorizar a vida em comunidade, mas, aqui no Brasil, parece que estamos andando para trás, parece que está havendo uma retaliação. Ou seja, você tem que entrar na linha, quer queira ou não queira. Até os animais, se você os treina, eles fazem tudo direitinho. Por que o ser humano tem que ser na base do chicote? Estamos sendo escravos de um poder constituído que está aí para reprimir, para punir e para onerar o cidadão. Será que estamos em um País diferente do governante, ou estamos aqui para sermos brasileiros e produzirmos juntos? É claro que os abusos devem ser coibidos, mas que não se transforme o troco da retranca na ordem do dia do pensar. Será que a gente vai terminar com a violência

nas grandes cidades somente com a legislação? É óbvio que não. Essa legislação ambiental joga na mesma vala comum quem produz com consciência e quem é o degradador habitual.

O que a senhora proporia para melhorar a legislação ambiental em relação à produção rural?

Estamos ficando, no Brasil, com leis ambientais demais e com possibilidades de produção agropecuária de menos. Qual é a legislação hoje que protege o produtor rural no sentido de lhe assegurar um preço básico, que cubra ao menos seus custos de produção? Qual é a legislação hoje que dá garantias ao produtor de que haverá mercado para o que ele produzir? Qual é a legislação com um zoneamento agrícola, de modo a oferecer ao produtor uma orientação técnica quanto às áreas adequadas para cada tipo de cultura? Não temos nada disso, mas se eu precisar de um mourão, por qualquer motivo não conseguir comprar e tiver que tirar da mata da minha fazenda, serei um criminoso. Acho que isso responde o que temos hoje pela frente. Um avanço muito grande de punições, punições e punições pela questão ambiental, mas onde estão as garantias, garantias e garantias, de que se eu produzir, de maneira ambientalmente correta, terei a devida recompensa de mercado?

Outro assunto que a senhora levantou em sua palestra foi de que o produtor rural não cuidar de sua fazenda com o mesmo grau de profissionalismo com que o industrial olha para sua fábrica.

Eu quis dizer que a maioria dos proprietários agrícolas não encara suas fazendas como um bem de produção como elas efetivamente o são.

E por que a senhora acha que isso ocorre?

Essa é uma constatação, mas sinceramente não saberia explicar os motivos. Há, de fato, grandes grupos olhando a fazenda com visão empresarial, fazendo gestão de custos e tudo mais. Com

a maioria, porém, não é assim.

E o que o produtor rural brasileiro perde com esse tipo de visão sobre o seu negócio?

Ele perde na gestão e nos resultados. Em uma fábrica, o industrial sabe quanto custa cada etapa da produção e por quanto será vendida a sua mercadoria, certo? Pergunte à maioria dos pecuaristas se eles sabem, de fato, quanto custou e por quanto deve ser vendido um bezerro que ele transformou em boi. Existem exceções, mas a maioria não sabe. Para muitos, se você perguntar qual foi o resultado da produção da sua plantação e da sua pecuária, a resposta será "Ah, no final do ano me sobrou X". Ora, não pode ser "sobrou X". Se esse produtor contar com uma boa gestão da atividade agrícola e da atividade pecuária, ele terá elementos, por exemplo, para decidir pelo maior investimento na atividade pecuária, porque ela estaria oferecendo uma rentabilidade maior do que a agricultura. Ou ao contrário; ele poderia reduzir o rebanho e optar por uma cultura que estaria sendo mais lucrativa.

Em vez disso, a senhora percebe que há uma propensão a uma visão não empresarial?

Na maioria, sim; há as exceções, como já disse. Há situações em que o produtor rural parece nem saber por que ele optou por essa ou aquela cultura. Se você perguntar, por que o senhor está plantando macadâmia em vez de laranja, poderá ouvir como resposta: "Olha, um vizinho plantou, outro plantou, e eu resolvi também plantar macadâmia". Certa vez uma agricultora disse para mim que queria plantar teca e eu perguntei em que região ela queria fazer o plantio. Ela respondeu e eu disse que aquela não era a região mais adequada para esse tipo de árvore. Ao que ela retrucou: Mas conheço

muita gente que está plantando teca e eu também quero plantar.

Essa falta de visão empresarial pode ser refletida, por exemplo, na declaração do ITR, de modo a implicar prejuízos para o agricultor?

Se o agricultor não tiver um bom controle de suas contas, tudo na ponta do lápis, ele pode chegar a uma declaração do ITR completamente equivocada, inclusive em relação a quanto ele vai pagar de tributo à Receita Federal. Ele pode também achar que a propriedade tem um valor muito acima do que

o mercado pagaria por ela, o que também vai acabar resultando em um tributo maior. Ele estará sujeito a cair na malha fina da Receita Federal, e como a declaração foi feita sem o rigor necessário, ele poderá não conseguir explicar para o fisco o que ocorreu. Não que esse produtor esteja sonegando ou tentando burlar o fisco, mas ele não tem a exata noção do que o fiscal está olhando com os olhos de fiscal.

No longo prazo, quais os cuidados principais que um produtor rural tem de tomar em relação ao ITR?

Não há segredo. O produtor rural tem que ter um bom controle dos investimentos que faz na propriedade para atribuir valores o mais próximo do real para suas benfeitorias, melhoramentos e edificações. Deve, também, ficar atento aos custos de implantação das culturas, pastagens, pela mesma razão. Tudo de forma a chegar ao Valor da Terra Nua, que será a base de cálculo do imposto, guardando uma compatibilidade com o valor praticado no mercado da região de inserção da sua propriedade. Deve, também, ter atenção especial com os dados e informações que se cruzam entre as declarações para o ITR, para o Imposto de Renda, para o Cadastro Fundiário do INCRA e, mais recentemente, com o Cadastro Ambiental do IBAMA.

"A maioria dos proprietários rurais não encara suas fazendas como um bem de produção."

Kátia Abreu será presidente da CNA

Acordo de lideranças possibilitou formação de chapa única

No dia 12 de novembro próximo ocorrerá a eleição da nova diretoria da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Como somente uma chapa se inscreveu, a presidência da entidade será ocupada, pela primeira vez, por uma mulher: Kátia Regina de Abreu.

Pecuarista, ex-presidente da Federação da Agricultura e Pecuário do Estado do Tocantins, ex-deputada federal e atual senadora por Tocantins, Kátia Abreu conseguiu articular um acordo que resultou na chapa única. O atual presidente da CNA, Fábio de Salles Meirelles, até então potencial candida-

to a mais um mandato, participou do acordo e indicou seu filho para a vice-presidência executiva da Confederação. Na gestão atual, Kátia Abreu ocupa a vice-presidência de secretária.

A nova diretoria, que tomará posse em 12 de dezembro, terá a seguinte composição:

Diretoria

Presidente: Kátia Regina de Abreu (TO)

1º Vice-presidente: Ágida Meneguette (PR)

Vice-presidente executivo: Fábio de Salles Meirelles Filho (MG)

Vice-presidente de secretária: Pio Guerra Junior (PE)

Vice-presidente de finanças: Ademair Silva Junior (MS)

Conselho Fiscal: (efetivos)

Carlos Fernandes Xavier (PA)

Roberto Simões (MG)

Euripedes Ferreira Lins (AM)

Conselho Fiscal: (suplentes)

Alvaro Arthur Lopes de Almeida (AL)

José Zeferino Pedrozo (SC)

Eduardo Silveira Sobral (SE)



Em dezembro último a senadora Kátia Abreu foi homenageada pelo presidente da ABC, Luis Alberto Moreira Ferreira, como personalidade de destaque da agropecuária.

Fazendas de SP e PR são credenciadas pelos europeus

Em setembro subiu de 225 para 332 o número de fazendas autorizadas a fornecer gado aos frigoríficos que exportam carne bovina para a União Européia. A principal novidade foi a inclusão de três propriedades paulistas e uma paranaense. Duas fazendas paulistas se localizam em Novo Horizonte e uma em Batatais. A paranaense fica em Paranavaí.

A inclusão de Paraná e São Paulo é significativa. Marca o reconhecimento desses dois Estados, pela União Européia, como áreas livres de aftosa com vacinação, *status* reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) em maio último. São Paulo e Paraná não podiam exportar carne bovina desde outubro de 2005, quando foram descobertos focos de aftosa no Mato Grosso do Sul. Apesar de já ter sido reconhecido pela OIE como área livre de af-

tosa com vacinação, o Mato Grosso do Sul ainda não foi habilitado pela União Européia para voltar a fornecer carne bovina aos frigoríficos exportadores.

Minas Gerais continua sendo o Estado com o maior número de fazendas habilitadas pela União Européia: 174. Em seguida vêm Goiás (62), Mato Grosso (55), Rio Grande do Sul (21), Espírito Santo (16), São Paulo (3) e Paraná (1).

EUA e África do Sul

Também em setembro, o governo dos Estados Unidos autorizou o retorno das importações da carne bovina industrializada do Brasil. As vendas haviam sido suspensas em agosto, depois que análises feitas por técnicos americanos em frigoríficos no Brasil concluíram que havia divergências no sistema de auditoria

determinado pelo governo brasileiro em relação às exigências feitas pelo Departamento de Agricultura dos EUA. São 21 os estabelecimentos habilitados a vender o produto industrializado para o mercado americano.

O Ministério da Agricultura informou que técnicos do Serviço Veterinário da África do Sul virão ao Brasil, na segunda quinzena de novembro, em missão de 10 dias, para analisar a retomada das importações de carnes bovina e suína. Além das inspeções em plantas frigoríficas, os técnicos do país africano conhecerão as ações do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA). Em 2005, antes da suspensão das importações, a África do Sul recebeu 11,2 mil toneladas de carne bovina e 18 mil toneladas de carne suína do Brasil.

Boi gordo

Cotações nominais médias do boi gordo em SP e MS, a prazo, para descontar o funrural.

Período	SP – Barretos		MS – Campo Grande	
	R\$/@	US\$/@	R\$/@	US\$/@
Set-07	62,18	32,74	57,53	30,29
Out-07	64,30	35,71	59,61	33,11
Nov-07	72,96	41,19	67,85	38,31
Dez-07	74,69	41,80	67,83	37,96
Jan-08	74,59	42,03	68,82	38,78
Fev-08	75,00	43,41	68,44	39,62
Mar-08	76,58	44,82	70,95	41,35
Abr-08	77,67	45,99	73,14	43,32
Mai-08	81,12	48,04	77,14	45,68
Jun-08	91,76	53,55	87,86	53,55
Jul-08	92,64	57,11	88,32	54,45
Ago-08	92,29	56,35	88,43	54,00
Set-08	90,18	49,98	87,68	48,60
Variações	45,03%	52,66%	52,41%	60,45%

Fonte: Scot Consultoria

Cotações nominais médias do bezerro anelado de 12 meses em SP e MS, à vista.

Período	SP		MS	
	R\$/cab.	US\$/cab.	R\$/cab.	US\$/cab.
Set-07	460,00	242,23	485,00	265,39
Out-07	485,00	268,36	472,00	262,14
Nov-07	500,00	282,29	480,00	271,00
Dez-07	525,00	293,83	503,33	281,70
Jan-08	522,50	294,43	513,75	289,50
Fev-08	520,00	300,99	531,25	307,60
Mar-08	547,50	320,47	596,25	340,00
Abr-08	582,00	344,66	643,00	380,78
Mai-08	672,50	398,25	701,25	415,28
Jun-08	750,00	463,10	775,00	478,54
Jul-08	744,00	467,49	778,00	488,85
Ago-08	737,50	457,30	772,50	479,01
Set-08	750,00	416,59	807,50	445,53
Variações	63,04%	71,98%	66,49%	75,63%

Fonte: Scot Consultoria

Cotações recentes do boi gordo e da vaca gorda, em R\$/@, a prazo, para descontar o funrural – 01/10/08

Praças	Boi gordo		Vaca gorda	
	Rastreado	Não rast.	Rastreado	Não rast.
SP – Barretos	91,00	89,00	85,00	83,00
MG – Triângulo	85,00	83,00	79,00	77,00
MS – Campo Grande	88,00	86,00	81,00	79,00
GO – Goiânia	83,00	81,00	77,00	75,00
MT – Cuiabá	84,00	82,00	79,00	77,00
RS – Pelotas*	2,70	2,66	2,60	2,56
TO – Norte**	78,00	77,00	71,00	70,00
BA – Sul**	76,00	75,00	68,00	67,00
PA – Marabá	77,00	76,00	69,00	68,00

Fonte: Scot Consultoria * R\$/kg ** livre de funrural

Análise

No decorrer de setembro, na média de 28 praças pesquisadas pela Scot Consultoria, as cotações do boi gordo recuaram 0,45%. As maiores retrações foram registradas na região de Pelotas-RS (-5,26%) e Sudeste do Mato Grosso (-3,57%). Em São Paulo, região de Barretos, a queda foi de 1,19%. Ao todo, os preços caíram em 10 praças ao longo do mês.

O ligeiro aumento na oferta de animais, principalmente nas regiões onde existe confinamento, possibilitou as quedas nas cotações. No entanto, foram registradas quatro correções positivas. No Rio de Janeiro, por exemplo, o boi reagiu 5,26%. O preço do boi gordo também subiu no Triângulo Mineiro (+1,2%), Norte de Minas Gerais (+1,2%) e Marabá-PA (+1,3%). Nas 14 praças restantes, os preços ficaram estáveis.

No final do mês, em função da redução de oferta (o efeito da "desova" do confinamento já diminuiu) e da reação do atacado, o mercado do boi gordo voltou a trabalhar em ambiente firme.

Leite

Análise O movimento de baixa no preço do leite era esperado para setembro (produção de agosto). O que não se esperava era o tamanho da queda: retração de até R\$0,10/litro, dependendo do laticínio. No pagamento realizado em setembro, considerando a média por-

Preços médios nominais do leite, em R\$/litro, pagos aos produtores.

Período	GO	MG	RS	SP	PR	SC	Brasil**
Setembro-07*	0,823	0,831	0,696	0,827	0,796	0,670	0,788
Agosto-08*	0,690	0,725	0,642	0,781	0,685	0,625	0,684
Setembro-08*	0,640	0,683	0,605	0,739	0,624	0,557	0,642

Fonte: Scot Consultoria * referente à produção do mês anterior ** média ponderada

derada nacional, a retração foi de R\$0,04/litro, uma queda de 6,04% em relação ao mês anterior. Em alguns Estados a retração média ultrapassou 10%. Foi o caso de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina.

Apenas no Nordeste os preços subiram, em função de menor produção de leite. Enquanto no Sul do Brasil a produção de leite está maior, com aumento na captação de até 30% em apenas um mês, no Nordeste é entressafra, e houve retração de até 40% no volume de leite captado, dependendo do laticínio. De modo geral, os estoques estão elevados e a demanda está fraca. O varejo está pressionado, e os preços dos produtos lácteos também caíram.

A expectativa é de preços deprimidos. Para o pagamento de outubro, referente à produção de setembro, 64% das empresas pesquisadas acreditam em queda, 29% em manutenção dos preços e 9% fulam em aumento. Apesar dessa expectativa negativa, as retrações devem ser mais leves.

acesse: www.scotconsultoria.com.br

Notícias diárias - Cotações - Artigos e Análises - Consultoria - Loja Virtual



17 3343 5111
www.scotconsultoria.com.br

